



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS**  
**SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE.**  
**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**ATA Nº 032/2010**  
**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Aos quatorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dez, às 09:37 (nove horas e trinta e sete minutos) teve início na sede do PREVIMPA, situada na Rua Uruguai, 277 – 6º andar, a ducentésima octagésima nona reunião do Conselho de Administração. Presidiram a mesa os conselheiros, Sérgio Luiz Brum, como Presidente e Adeldo Rohr como Secretário. Estiveram presentes os conselheiros titulares, Alexandre da Fontoura Dionello, Alexandre Salgado Marder, Eduardo kreuzer, Francisco José Menezes da Silva, Gilmar Cardozo dos Santos, Luiz Fernando Rigotti, Marilena Ruschel da Cunha, Marisa Ney Santos de Pinho, Mário Fernando Antônio da Silva, Pedro Luis Martins, Ricardo Zucareli Pulvirenti, Sueli de Fátima Mousquer e os conselheiros suplentes, Etel dos Santos Lopes, Adriana Nunes Paltian, Fátima Regina Carlos Saikoski, Silvia Helena Tremarin Seelig, Omar Azambuja Condotta, Ana Maria Paulo Bueno, Jorge Luis Loss, Manuel Roberto Escobar e Cristina Clarency La Porta. Aberta a sessão, o presidente informou o recebimento do processo nº 009.003555.10.0, que versa sobre o contrato entre o PREVIMPA e a PROCEMPA, que foi encaminhado ao conselheiro Ricardo Zucareli para relatório na próxima reunião. Passou-se à leitura da Ata da reunião anterior, que foi aprovada após retificações. Na seqüência, na pauta do dia, apreciação do relatório da Comissão formada para análise da Política de Investimentos do PREVIMPA. A conselheira Adriana Paltian leu o relatório e passou-se à discussão do Colegiado. O conselheiro Omar demonstrou preocupação pelo fato de ter havido uma grande queda da composição da carteira de investimentos em títulos públicos do ano de 2009 para 2010. Ponderou que em 2011 estarão vencendo cerca de trinta e dois milhões em títulos públicos e deverá haver uma decisão de como serão aplicados esses recursos. O conselheiro Rigotti explicou que há dez anos atrás tudo era aplicado em título público, pois a taxa Selic era bastante alta. Hoje os juros baixaram muito e só aplicação em título público não bate a média prevista para o cálculo atuarial. Salientou que a visão de economia mudou drasticamente após 2008, e que no ano de 2009, se o PREVIMPA tivesse somente aplicação em títulos públicos não teria atingido a meta. Elogiou o relatório da Comissão e também o grupo do Comitê que elaborou a Política de Investimentos. O conselheiro Adeldo manifestou-se que na introdução da Política de Investimentos deveria constar o item, “*recursos recebidos por conta das alíquotas que foram vertidas pelas Leis 505 e 510/04*”. Também observou que deveria estar destacada a “*conta imóvel*” dentro da Política de Investimentos. A conselheira Adriana explicou que embora o PREVIMPA tenha feito mais investimentos em fundos do que em títulos públicos, a aplicação ocorreu em fundos previdenciários, onde 70% da carteira é composta por títulos públicos federais e 30% por títulos privados de baixo risco de crédito. Em relação aos recursos oriundos da insuficiência de alíquota, disse que os mesmos já estão previstos na contribuição previdenciária. Quanto à questão de incluir o item “*outros recursos*” na introdução da política de investimentos, disse ser um item muito vago, sendo que a aplicação de qualquer recurso que venha a ingressar no PREVIMPA deverá obedecer às regras estabelecidas na Resolução CMN nº 3922/10, independentemente de estar arrolado, ou não. A conselheira Fátima disse ser importante colocar no relatório a recomendação do Conselho de que seja ampliada a equipe de investimentos com a criação dos cargos necessários, e solicitou ao Diretor Rigotti a possibilidade de incluir esses novos cargos no Projeto de Lei que está tramitando na CMPA. O conselheiro Rigotti explicou que tudo isso já está previsto na nova estrutura do PREVIMPA que está em análise na ASSEJUR, com a criação da área de investimentos e também da área de comunicação, sendo que o projeto deverá passar por discussão no Conselho ainda no primeiro semestre de 2011 e depois seguirá para a CMPA. A conselheira Silvia colocou que em

50 relação às aplicações em renda variável o percentual aplicado tem sido bem conservador e opinou  
51 que poderia ser bem maior. O conselheiro Brum disse que a conjuntura de imóveis no Brasil está  
52 mudando, havendo mercado para compra e venda, e os imóveis estão ficando caros. Disse sentir  
53 falta de uma recomendação na Política de Investimentos para que se compre a sede do PREVIMPA.  
54 A conselheira Adriana ponderou que para a aplicação em imóveis está previsto o limite de até 5%  
55 em cotas de fundos de investimento imobiliário, sendo que a decisão da compra da sede não é uma  
56 questão para a política de investimentos, e que os recursos da sede estão aplicados e destacados. O  
57 conselheiro Rigotti colocou que em relação à questão de aplicar recursos em fundo imobiliário, o  
58 PREVIMPA está discutindo com alguns bancos que possuem essa carteira, pois alguns fundos têm  
59 um rendimento interessante, entretanto, não aplicam os recursos no Estado, e o PREVIMPA quer  
60 aplicar de forma que os recursos aqui permaneçam. Após breves considerações do Colegiado,  
61 passou-se à votação do relatório da Comissão formada pelos conselheiros Adriana Paltian, Silvia  
62 Tremarin, Ricardo Zucarelli e Sérgio Brum, que concluiu “*que o PREVIMPA está aplicando seus*  
63 *recursos com aderência à legislação vigente, bem como propõe uma política de investimentos para*  
64 *o período de 2011-2014 de acordo com a Resolução do CMN nº 3922/10.*” O relatório foi aprovado  
65 pelo Colegiado, com três abstenções, dos conselheiros, Adelto, Sueli e Omar. No segundo ponto da  
66 pauta, Conselho de Beneficiários, o conselheiro Adelto explicou que o grupo encarregado de fazer  
67 uma proposta encontrou dificuldade para se reunir, tendo feito somente uma discussão desde a  
68 constituição do grupo. Explicou que foi discutido o conceito de Conselho de Beneficiários, o tipo de  
69 eleição, a periodicidade de reuniões desse conselho, a constituição da comissão eleitoral e a  
70 proposta de Regimento Interno, que seria aprovado pelo Conselho de Administração, ficando as  
71 futuras alterações para serem apreciadas pelos integrantes do Conselho de Beneficiários. O período  
72 do mandato seria o mesmo do Conselho de Administração, dois anos, sendo que a eleição ocorreria  
73 no ano seguinte à do Conselho de Administração. Pensou-se em reuniões trimestrais, ou seja, quatro  
74 reuniões por ano. A comissão eleitoral seria composta a partir das entidades representativas dos  
75 servidores, e citou algumas, SIMPA, SINDICÂMARA, ATEMPA, ACESPA, ASTEC e ASTA. O  
76 conselheiro Brum questionou a forma de representação para esse conselho, ou seja, dois membros  
77 por Secretaria e demais órgãos, e somente dois representantes dos aposentados e dois representantes  
78 dos pensionistas, verificando ser essa forma muito desigual, pois teria quase a totalidade de seus  
79 membros como representantes dos servidores ativos. O conselheiro Rigotti explicou que quando foi  
80 criado o PREVIMPA, pensou-se em fazer uma reunião ampla, com todas as associações que  
81 representavam servidores ativos, inativos e pensionistas para uma espécie de prestação de contas e  
82 opinou que poderiam participar quantos quisessem, não necessariamente dois. O conselheiro Adelto  
83 disse concordar que poderia ser aberto para todos que quisessem participar. O conselheiro Omar  
84 sugeriu que se privilegiassem os aposentados e pensionistas no Conselho de Beneficiários, pois os  
85 servidores da ativa já estão amplamente representados no Conselho de Administração. O  
86 conselheiro Mário sugeriu uma assembléia ampla, que contemplasse todos os níveis de padrões e  
87 que caso fosse necessário, poderia se chamar uma assembléia geral dos servidores. O conselheiro  
88 Rigotti disse haver poucos espaços para a discussão da questão previdenciária, e o Conselho de  
89 Beneficiários poderia ter duas grandes reuniões onde se expusesse as leis e tirasse as dúvidas dos  
90 beneficiários, ativos, inativos e pensionistas, abordando questões como, averbação de tempo,  
91 aposentadoria, pensão, recadastramento entre outras. Disse que essa é a sua visão de Conselho de  
92 Beneficiários, espaço para discussão da previdência, pois não sendo um conselho deliberativo traria  
93 suas dúvidas e sugestões que poderiam ser discutidas e desenvolvidas posteriormente pelo Conselho  
94 de Administração. A conselheira Marilena colocou que o Conselho de Beneficiários surge para  
95 ampliar a cultura previdenciária atuando como um multiplicador na categoria, entretanto, salientou,  
96 que o regimento desse conselho deve ser feito de forma que não haja sobreposição de funções com  
97 o Conselho de Administração. Quanto à comissão eleitoral, sugeriu que fosse o SIMPA o  
98 encarregado desse processo em relação aos servidores do Executivo e o SINDICÂMARA se  
99 encarregaria dos servidores do Legislativo, chamando as diversas associações que representam os  
100 servidores no Município. O conselheiro Ricardo sugeriu que antes de formar o Conselho de  
101 Beneficiários se fizesse reuniões com as associações para criar essa cultura, sendo que o

102 PREVIMPA primeiramente participaria das reuniões das associações para iniciar essa discussão.  
103 Após chamaria todas para uma grande reunião no PREVIMPA para formar o Conselho de  
104 Beneficiários. O conselheiro Gilmar disse que o projeto da época da criação do PREVIMPA previa  
105 um conselho tripartite, com a participação da sociedade civil. Ninguém via o aposentado como  
106 PREVIMPA, pois sempre esteve vinculado à origem. Após esses anos de PREVIMPA, os  
107 aposentados perderam o vínculo com a origem. Salientou ser necessário a participação de algum  
108 membro do Conselho nas reuniões mensais feitas pelo PREVIMPA para os servidores que estão se  
109 aposentando, a fim de solidificar o vínculo entre os servidores e o Departamento. O conselheiro  
110 Rigotti colocou que neste ano ocorreram essas reuniões com a revisão das regras para quem está em  
111 vias de aposentadoria e também das regras de pensão. Disse que para o ano de 2011 está previsto  
112 um curso chamado de Plano de Preparação para Aposentadoria – PPA, que terá cerca de seis  
113 encontros, com turmas em torno de quarenta pessoas e nele poderá haver espaço para divulgar o  
114 Conselho de Beneficiários. A conselheira Fátima colocou que o Conselho de Beneficiários poderá  
115 ser uma estratégia para ampliar a cultura previdenciária, assim como já vem sendo feito com as  
116 reuniões preparatórias para a aposentadoria. Disse da necessidade de se definir claramente o que é e  
117 qual o objetivo desse Conselho. O conselheiro Omar argumentou que fazer uma eleição geraria  
118 custos e logística apropriada. A conselheira Marisa colocou a sua experiência de mais de cinco anos  
119 com os aposentados do DEMHAB e que os aposentados sentiram demais a mudança de vínculo da  
120 origem para o PREVIMPA. A conselheira Marilena disse que uma coisa é chamar o aposentado, e  
121 outra é a cultura previdenciária que tem que se criar para reunir e esclarecer as pessoas. A  
122 conselheira Silvia chamou a atenção para a questão do acolhimento, que é muito importante.  
123 Observou que os servidores estão começando a ver que a relação de trabalho atualmente é mais  
124 profissional, e o PREVIMPA é importante para preparar as pessoas para esse momento difícil. O  
125 conselheiro Rigotti disse que a missão institucional não é essa, mas de concessão e pagamento de  
126 benefícios, no entanto, o PREVIMPA está interessado em fazer esse trabalho. O conselheiro Mário  
127 informou que no último curso de inclusão digital feito pelo SIMPA houve grande interação entre os  
128 participantes, e que o Sindicato poderia fazer uma parceria com o PREVIMPA para divulgação  
129 dessas atividades para todos os associados. Ficou acordado que a discussão sobre o Conselho de  
130 Beneficiários continuará na próxima reunião, juntamente com a apreciação do relatório do  
131 Conselheiro Ricardo e da discussão sobre o calendário de verão. Não havendo nada mais a tratar,  
132 foi encerrada a reunião às 11:27h (onze horas e vinte e sete minutos) e foi lavrada a presente ata que  
133 vai assinada por mim Adelto Rohr, conselheiro/secretário de mesa e pelos demais presentes.

134

135

136

137 Sérgio Luiz Brum – Presidente

Adelto Rohr - Secretário

138

139

140

141

142 Gilmar Cardozo dos Santos

Luiz Fernando Rigotti

143

144

145

146

147 Etel dos Santos Lopes

Eduardo Kreuzer

148

149

150

151

152 Marilena Ruschel da Cunha

Fátima Regina Carlos Saikoski

153		
154		
155		
156	Francisco José Menezes da Silva	Omar Azambuja Condotta
157		
158		
159		
160		
161	Marisa Ney Santos de Pinho	Pedro Luis Martins
162		
163		
164		
165		
166	Ricardo Zucareli Pulvirenti	Silvia Helena Tremarin Seelig
167		
168		
169		
170		
171	Manuel Roberto Escobar	Mário Fernando Antônio da Silva
172		
173		
174		
175		
176	Jorge Luis Loss	Ana Maria Paulo Bueno
177		
178		
179		
180		
181	Adriana Nunes Paltian	Cristina Clarency La Porta
182		
183		
184		
185		
186	Alexandre da Fontoura Dionello	Sueli de Fátima Mousquer
187		
188		
189		
190		
191	Alexandre Salgado Marder	
192		
193		
194		
195		
196		
197		
198		
199		
200		
201		
202		
203		
204		